

**Da microestrutura em dicionários  
semasiológicos do português e seus problemas**

---

**De la microestructura en diccionarios  
semasiológicos del portugués y sus problemas**

**FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA\***

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

**VIRGINIA SITA FARIAS\***

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

**RESUMO**

O trabalho apresenta uma análise das informações contidas na microestrutura de dicionários semasiológicos de língua portuguesa à luz de dois parâmetros: (a) a existência de um programa mínimo de informações constantes e (b) a necessidade de que essas informações sejam discretas e discriminantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dicionários semasiológicos. Usuário. Microestrutura. Comentário de forma. Comentário semântico.

\*Sobre os autores ver página 69.

## RESUMEN

*En este trabajo se ofrece un análisis de las informaciones presentes en la microestructura de diccionarios semasiológicos del portugués a la luz de dos parámetros: (a) la existencia de un programa mínimo de informaciones constantes y (b) la necesidad de que dichas informaciones sean discretas y discriminantes.*

*PALABRAS CLAVE: Diccionarios semasiológicos. Usuario. Microestructura. Comentario de forma. Comentario semántico.*

## 1 Introdução

A utilidade real que um dicionário possa vir a ter depende da correta formulação do que nós chamamos de componentes canônicos, isto é, macro, micro e medioestrutura e do *front matter*<sup>1</sup>. Em trabalhos anteriores (BUGUEÑO, 2003a; 2003b; 2005), já havíamos salientado a necessidade de atrelar tais componentes canônicos a uma definição taxonômica da obra lexicográfica. Dito em outros termos, na medida em que se possa definir um determinado tipo de obra lexicográfica (um genótipo) nos limites de uma taxonomia, a probabilidade de gerar parâmetros macro, micro e medioestruturais coerentes e eficientes aumenta consideravelmente. É nesse sentido que os esforços taxonômicos de Haensch et al. (1982), Hausmann (1985), Martínez-de-Souza (1995), Landau (2001), Swanepoel (2003) e Welker (2004) devem ser entendidos, lembrando que uma taxonomia pode oferecer um feixe de traços ou um protótipo, como sugere Hausmann (1989). Os genótipos aparecem condicionados por relações de oposição e/ou complementaridade, como dicionário monolíngue *versus* bilíngue, dicionário semasiológico *versus* onomasiológico, dicionário sincrônico *versus* diacrônico etc.<sup>2</sup> No entanto, é perfeitamente possível que existam “zonas cinzas”, que

<sup>1</sup> No que concerne às partes não lexicativas ou comentativas do dicionário, mantivemos a terminologia empregada por Hartmann (2001, p. 68-66). No entanto, não concordamos com Hartmann; James (2001, s.v. *megastructure*) no que diz respeito a considerar o *front matter* como algo “exterior” à macro, micro e medioestrutura, já que esse componente é essencial por duas razões: primeiro, porque permite informar o consultante sobre o que esperar do dicionário, e, em segundo lugar, porque serve como manual de instruções para o usuário.

<sup>2</sup> Um exemplo de aplicação dessa metodologia aparece em Bugueño (2007b).

são os pontos de contato entre um genótipo e outro. Essas zonas não comprometem qualitativamente o dicionário, desde que esses traços que são compartilhados entre genótipos sejam (a) devidamente identificados como “menos prototípicos” em relação a um genótipo determinado e (b) seja-lhes conferido um valor realmente funcional dentro da obra lexicográfica. Dessa forma, é perfeitamente possível que um dicionário semasiológico, ou seja, um dicionário para compreensão ou recepção, possa apresentar também um viés onomasiológico, seja por meio de macroestruturas complementares (CASARES, 1982), seja pela apresentação de um segmento onomasiológico dentro da microestrutura. Le Robert (1993) é um claro exemplo dessa segunda opção, ao definir-se *ex professo* como um “dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française” (p. XVII). O verbete *alimentation* permite ilustrar muito bem isso:

**alimentation** (...) **1.** Action ou manière d'alimenter, de s'alimenter (...) ⇒ **ravitaillement** (...) *Alimentation artificielle* ⇒ **perfusion** – Aliments consommés ⇒ **nouriture; repas.** *Alimentation équilibrée, riche. Surveillez votre alimentation!* ⇒ **1. regime; dietétique** ⇒ Commerce des denrées alimentaires. *Magasin d'alimentation* (⇒ **épicerie**) (LE ROBERT, 1993)

Houaiss (2001), por sua vez, tenta fazer exatamente o mesmo, mas os resultados são pouco satisfatórios. A opção onomasiológica no dicionário fica restrita aos elementos de composição, como no exemplo a seguir:

**cabeça** *s.f.* (1139 cf. JM<sup>3</sup>) **1** ANAT uma das grandes divisões do corpo humano constituída pelo crânio e pela face e que contém o cérebro e os órgãos da visão, audição, olfato e paladar (...) ⚡ noção de 'cabeça', usar *antepos.* bregma(ti)-capit- e cefal(o)-; *pospos.* -canga, -cefalia, -céfalo, -ceps, -cípite, -crania e –crânio (HOUAISS, 2001)

A noção de onomasiologia é de utilidade muito restrita, já que, segundo Houaiss (2001, p. XLIII), serve para “criar corretamente grande número de neologismos da língua”. Dito em outros termos, a

aplicação desta perspectiva restringe-se a provocar um efeito estilístico. A onomasiologia, no entanto, como perspectiva de produção textual, almeja fornecer os subsídios léxicos para gerar textos de uma alta informatividade, e não somente provocar efeitos estilísticos<sup>3</sup>. Também se deve salientar que, ao seguir à risca a orientação de Houaiss (2001), o consulente estaria criando fatos no âmbito do sistema (as virtualidades), e não no âmbito da norma<sup>4</sup>. Como é de público conhecimento, o dicionário sempre vai *a posteriori* do fato léxico, registrando-o, e não *a priori*, criando-o (RABANALES, 1984, p. 51). O dicionário é um fato de norma, não de sistema<sup>5</sup>. Nessas condições, questiona-se a existência, em Houaiss (2001), de uma opção onomasiológica real, se por onomasiologia entende-se a perspectiva de oferecer designações para significados (ou conceitos, segundo o caso) já devidamente consolidados em uma língua natural.

Em síntese, fica demonstrado que a pertinência de um dicionário não se restringe ao fato de oferecer determinado tipo de informações, mas é dada pela funcionalidade que essas informações apresentem. Neste trabalho, destacamos três fatores<sup>6</sup>:

- a) a definição taxonômica do dicionário;
- b) a definição da microestrutura abstrata atrelada ao programa constante de informações;
- c) o perfil do usuário.

Julgamos que a composição orgânica desses três fatores permite que toda informação na microestrutura seja discreta e discriminante. Entendemos por informação discreta uma informação que seja efetivamente relevante para o consulente. Por informação discriminante, entendemos uma informação que permita ao leitor tirar algum proveito em relação ao uso ou ao conhecimento da língua (BUGUEÑO; FARIAS, 2006).

<sup>3</sup> Borba (2003, p. 25-26) critica essa compreensão da onomasiologia, ao constatar que, das 96 entradas para o radical *porta* em Michaelis (1998), a maioria (56 formas) simplesmente não ocorre na língua.

<sup>4</sup> Sobre os conceitos de “sistema” e “norma”, cf. Coseriu (1992).

<sup>5</sup> A proposta de Houaiss (2001) é quase um paradoxo, já que os dicionários apresentam, em geral, uma dificuldade muito grande para lidar com os neologismos, justamente porque se trata de usos dos quais não existe informação sobre a sua real consagração na comunidade idiomática.

<sup>6</sup> Desconsideramos a macro e a médio estrutura.

Antes de fazermos uma análise dos dicionários monolíngues do português em relação aos parâmetros anteriormente definidos, é necessário salientar que, em nossa opinião, a falta de uma inter-relação entre a definição taxonômica do dicionário e a definição da microestrutura abstrata, assim como a desconsideração do usuário, acabam por comprometer grande parte das informações contidas em muitos verbetes dos dicionários gerais do português, tornando-as informações não discretas e/ou não discriminantes.

## **2 O dicionário como fato taxonômico, microestrutural e voltado para um usuário**

Em Bugueño (2003a, p. 98), salienta-se que, diante da impossibilidade de se gerar uma taxonomia que abranja de forma exaustiva todas as obras lexicográficas, é lícito considerar alguns parâmetros de taxonomias propostos e aplicar sobre eles critérios complementares, para assim obter uma definição taxonômica do dicionário o mais coerente possível. Em todas as taxonomias já mencionadas, há consenso sobre a existência de um genótipo chamado por Biderman (1998, p. 129) “dicionário padrão” ou “dicionário geral de língua”. Respeitosamente, atrevemo-nos a chamar esse tipo de dicionário de “dicionário semasiológico”, já que a sua tarefa básica é a de fornecer significados. Na tradição lexicográfica alemã, esse traço é tido como definitório dessa classe, e, por isso, se fala em *Definitionswörterbuch* [dicionário de definições]. Ao se privilegiar essa característica do dicionário, já se delinea o que deve (ou deveria) ser a sua característica principal: oferecer paráfrases que elucidem o que a palavra significa<sup>7</sup>. Sobre essa distinção básica é possível estabelecer outras mais, como veremos a seguir.

### **2.1 Definição macroestrutural quantitativa aberta ou seletiva**

Embora os problemas macroestruturais não sejam o foco de atenção deste trabalho, seria pertinente fazer uma observação acerca

<sup>7</sup> A análise de Borba (2002) revelará que isto é menos óbvio do que parece.

da seleção da nomenclatura dos dicionários semasiológicos. Neste âmbito, é possível distinguir entre dicionários semasiológicos abertos, tais como Duden (1977) para o alemão e Le Robert (2001) para o francês, e dicionários semasiológicos seletivos, tais como Michaelis (1998), Ferreira (1999), Houaiss (2001) e Borba (2002), para o português. No entanto, e no caso particular dos dicionários do português, a ausência de uma definição macroestrutural quantitativa clara<sup>8</sup> acaba por restringir a confiabilidade dos dados fornecidos, justamente porque não há uma percepção, ao que parece, de que, de fato, não são dicionários abertos. Primeiramente, já pelo critério impressionista, é perfeitamente possível comprovar que não há como supor que o léxico do português possa ter espaço num único volume (como é o caso dos dicionários citados), especialmente se comparamos aos vários volumes que compõem os dicionários citados para o alemão e o francês. Em segundo lugar, o exame de um fragmento da nomenclatura em Ferreira (1999), para citar um exemplo, revelou duas coisas. Por um lado, parte do material que conforma a nomenclatura não encontra respaldo de uso real na língua portuguesa. Por outro lado, e intimamente ligado ao anterior, a amostra analisada carece quase completamente de qualquer marca de uso que forneça dados sobre o momento, o lugar e as condições de uso das palavras. Do intervalo selecionado (com um total de 34 entradas), e que vai de *alfóstigo* até *algaraviz*, constatamos que só três formas estão em uso no português de hoje. Nada impede o lexicógrafo de incorporar essas palavras, desde que estejam devidamente marcadas, informando assim o consulente sobre o seu lugar no léxico do português. Nessas condições, estamos diante de relíquias léxicas<sup>9</sup> de escasso valor para um consulente médio. Esse tipo de registro léxico, por sua vez, é próprio de dicionários de macroestrutura quantitativa aberta, mas, nesses casos, as formas vão acompanhadas de um conjunto exaustivo de informações complementares.

<sup>8</sup> Cf. Bugueño (2007a, p. 265) para uma definição desse conceito.

<sup>9</sup> Houaiss (2001) rotula esse tipo de palavras como “arqueologia linguística”.

## 2.2 Definição do potencial usuário do dicionário e das suas necessidades

Às provocantes palavras de Wiegand (1977), que chamou o usuário de “ilustre desconhecido” [*der bekannte Unbekannte*], reagiu a metalexigrafia dos anos 1980 com uma série de trabalhos que almejavam descobrir, entre outras coisas, que tipo de informações o usuário de dicionários procurava e como as acessava. Ainda que a metodologia e a quantidade de pesquisas tenham experimentado grandes avanços desde essa época (ENGELBERG; LEMNITZER, 2004, p. 68), Hartmann (2001, p. 94) é muito cauto na hora de fazer um balanço. No mesmo sentido, se expressa Welker (2004, p. 236), por exemplo, ao reconhecer que “faltam (...) investigações do uso de dicionários (...) da língua materna”, lembrando que os estudos empíricos disponíveis aplicam-se quase exclusivamente à língua inglesa como  $L_2$ .

É justamente a tradição metalexigráfica inglesa a que mais se arrisca a oferecer subsídios teóricos que dizem respeito às necessidades e motivações que levam o usuário à consulta do dicionário de língua<sup>10</sup>. Jackson (2002, p. 76), por exemplo, aponta quatro razões que levam um usuário a consultar um dicionário<sup>11</sup>: (a) descobrir a significação de uma palavra, (b) conferir a ortografia da palavra, (c) conhecer padrões sintáticos e (d) procurar sinonímia. Hartmann (2001, p. 82), por outro lado, propõe uma escala idêntica nos dois primeiros quesitos apontados por Jackson (2002), coincidindo também no que diz respeito à procura de informações sobre sinonímia, mas divergindo quanto à preferência do consulente no que diz respeito à procura de informações sobre sintaxe. No seu lugar, Hartmann (2001) propõe que o terceiro tipo de informações mais procuradas pelo consulente seriam as relativas à ortoépia. Na quarta posição, encontram-se as notas de uso, e, em último lugar, a etimologia.

<sup>10</sup> Isto é o que Hartmann; James (2001, s.v. *user*) chamam de “perspectiva do usuário” [*user perspective*], que os autores decupam em “necessidades de informação” [*reference needs*] e “estratégias de busca” [*reference skills*].

<sup>11</sup> Apresentadas em ordem decrescente de importância.

Mesmo com essas limitações reais, acreditamos que é perfeitamente possível atrelar uma definição taxonômica do dicionário ao pouco que sabemos do usuário. Em concreto, podemos dizer que o dicionário geral de língua é um dicionário cuja microestrutura deve fornecer ao menos dois tipos de informações: (a) informações sobre a significação das palavras<sup>12</sup> e (b) informações sobre a ortografia. Naturalmente, segundo o tipo de usuário, esse programa de informações pode (e até deve) ser ampliado. Na ausência de estudos empíricos, é necessário recorrer a procedimentos alternativos. Farias (2006a), por exemplo, procurou atrelar o perfil do usuário escolar aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apresentam as competências linguísticas que os alunos devem ir desenvolvendo ao longo do Ensino Fundamental e Médio. Esses parâmetros foram empregados, sob a perspectiva de avaliação de informações discretas e discriminantes, na análise de uma série de dicionários escolares (BUGUEÑO; FARIAS, 2006).

### 2.3 Microestrutura abstrata e microestrutura concreta

Wiegand (1989a, p. 466) distingue entre o que chama “microestrutura abstrata” [*abstrakte Mikrostruktur*] e “microestrutura concreta” [*konkrete Mikrostruktur*]. A primeira pode ser definida como o desenho de todo o conjunto de segmentos informativos que o verbete deve conter e que Wiegand (1989a, p. 417) chama “programa constante de informações” [*festes Informationsprogramm*]. Tendo em vista tais precisões, o programa constante mínimo de um dicionário de língua deve apresentar dois segmentos básicos:

- a) ao menos uma definição;
- b) informações sobre ortografia.

No entanto, é fácil perceber que a microestrutura dos dicionários de língua que submetemos à análise contém, em geral, muito mais

<sup>12</sup> Hausmann (1989, p. 981) vai mais longe ao afirmar que, neste tipo de dicionário, o único segmento canônico é a definição. Em Landau (2001), por outro lado, é sintomático observar que há um capítulo dedicado exclusivamente à definição, enquanto todos os demais segmentos possíveis aparecem agrupados num capítulo à parte.



informações. A bibliografia sobre os segmentos do dicionário é abundante no que diz respeito à quantidade de informações que um verbete pode conter. O próprio Wiegand (1989b, p. 433) contabiliza um total de 62 tipos de segmentos informativos possíveis no verbete. Naturalmente, nem todos os segmentos são aplicáveis a todos os tipos de signos-lemma, nem sequer a todos os signos-lemma de um mesmo tipo (todas as classes de substantivos, por exemplo). É necessário considerar também as diferenças tipológicas entre as línguas. Assim, por exemplo, para uma língua declinável como o latim ou o alemão, é fundamental fornecer informações sobre a sua variação morfêmica segundo o caso. Tais informações são absolutamente dispensáveis nas línguas românicas. Outro tanto se pode dizer das preposições do alemão, para as quais é necessário explicitar o caso que regem.

Em Bugueño; Farias (2006), salientamos que a discussão metalexigráfica atual tem se preocupado quase exclusivamente com o estabelecimento da quantidade de segmentos informativos do verbete. Acreditamos que é fundamental, para o caso da lexicografia brasileira, aprofundar essa discussão e focá-la nos tipos de informações presentes nos verbetes dos dicionários de língua em circulação no país, sobretudo no que diz respeito à sua utilidade real para o potencial consultante. Isso leva a pensar quais os limites apropriados entre o “minimalismo” proposto por Hausmann (1989, p. 981) e a quantidade de informações que muitos dos verbetes dos dicionários de língua apresentam. Parte importante dos verbetes de tais dicionários não corresponde a um “desenho arquitetônico” deles, ou seja, a microestrutura abstrata (caso ela exista) e muitos dos segmentos dos verbetes contêm informações de pouca ou nenhuma utilidade para o potencial consultante. Isso leva necessariamente a propor que uma “microestrutura eficiente” seja produto da definição e desenho da sua microestrutura abstrata (o programa constante de informações) atrelada a um perfil de usuário, ainda que este possa ser parcialmente hipotético. É necessário acrescentar que cada segmento da microestrutura deve ser funcional, isto é, deve, de fato, oferecer informações discretas e discriminantes ao usuário.

Em síntese, poderíamos citar Pitzek (1999)<sup>13</sup>, que resume assim as características do dicionário da língua: (a) seu objetivo é oferecer uma explicação sobre o significado das palavras; (b) seu escopo é um recorte sincrônico do vocabulário; (c) está concebido para um público amplo de falantes nativos; (d) o léxico aparece tratado principalmente sob uma perspectiva semasiológica, tentando estabelecer também relações onomasiológicas; (e) tenta oferecer um espectro amplo de informações (ortografia, informações gramaticais, etimologia, significação, padrões estilísticos e diatópicos, pronúncia etc.); (f) as paráfrases definidoras devem estar redigidas em um vocabulário neutro e simples. Como é possível constatar, há uma tentativa de atrelar a definição taxonômica a um perfil de usuário e a um programa constante de informações, embora, sobretudo no que diz respeito ao usuário, a sua caracterização possa parecer vaga. No entanto, mesmo essa vagueza pode resultar útil na avaliação da microestrutura do dicionário.

## 2.4 A microestrutura abstrata mínima de um dicionário de língua

Como resultado de todas as observações precedentes, considerando o traço definidor de um dicionário de língua (= dicionário de definições), o perfil mínimo das necessidades do usuário (= alguém que deseja informar-se sobre a significação de uma palavra e/ou sobre a sua grafia correta) e a possibilidade de pensar uma “arquitetura” para as informações que o verbete contém (= microestrutura abstrata), propomos o seguinte parâmetro de avaliação, que leva em conta, ainda, o fato de que a microestrutura abstrata de um dicionário de língua articula-se rigorosamente em torno de dois “comentários”: comentário de forma e comentário semântico<sup>14</sup>:

- a) o segmento constante do comentário de forma será uma indicação ortográfica.

<sup>13</sup> Pitzek (1999) salienta que uma definição conceitual *stricto sensu* do que é um dicionário geral monolíngue é difícil, mas é possível estabelecer o conjunto de traços mais arquetípicos que este tipo específico de obra lexicográfica apresenta.

<sup>14</sup> Uma aplicação desses princípios aparece em Schlaefler (2002, p. 87).

- b) o segmento constante do comentário semântico será uma paráfrase definidora.

Entretanto, faz-se necessário salientar que existem exceções aos parâmetros propostos:

a) comentário de forma. A ausência de uma indicação ortográfica significa que o signo-lemma em questão não apresenta nenhuma particularidade ou dificuldade de “cálculo ortográfico” para o consulente. A prescrição ortográfica, neste caso, está integrada ao signo-lemma, como nos verbetes *casa, mesa, caderno* etc.

- i) problemas de cálculo para o consulente:
- a existência de grafias alternativas (variantes).
  - a existência de formas homonímicas e paronímicas.

b) comentário semântico. O uso da sinonímia como recurso de viés semasiológico.

### **3 O tratamento do programa mínimo de informações em dicionários semasiológicos do português**

Nas subseções seguintes, apresentaremos uma análise das informações microestruturais contidas em diversos dicionários de língua portuguesa, observando os parâmetros propostos anteriormente.

#### **3.1 Comentário de forma**

O comentário de forma mínimo em um dicionário semasiológico, como vimos, deve estar constituído por uma indicação ortográfica, que, normalmente, já está integrada ao signo-lemma. A seguir, analisaremos algumas situações que podem representar um problema de cálculo ortográfico para os potenciais consulentes.

### 3.1.1 Distinção entre *type* e *token*

A indicação da existência de variantes (*tokens*) é bastante pertinente na microestrutura, sempre e quando se explicita devidamente a forma de mais prestígio (ou *type*) com base em uma teoria da norma ideal<sup>15</sup>, que deve ser definida já no momento da concepção da obra. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que as duas formas possíveis de uma unidade léxica são apresentadas ao consulente, também se informa qual delas é a “preferível”. Os dicionários em geral, no entanto, não costumam manter um padrão para a apresentação desse tipo de informação.

Tomemos como exemplo o par *catorze/quatorze*. Enquanto Ferreira (1999) lematiza a forma *quatorze* como *type*, Houaiss (2001) apresenta a forma *catorze* como *type*. Uma análise superficial das informações contidas nos verbetes *catorze* e *quatorze* nos faz supor que Ferreira (1999) pode ter adotado tanto um critério estatístico para a indicação do *type*<sup>16</sup>, quanto um critério baseado na etimologia, já que a forma *quatorze* está mais próxima da forma latina *quattuordecim*<sup>17</sup>. O critério adotado por Houaiss (2001), por sua vez, fica menos evidente: a opção por apresentar a forma *catorze* como *type* pode estar baseada na hipótese de que a pronúncia mais corrente desse vocábulo é a mais próxima desta forma [ka'torzi], ou simplesmente esta opção poderia estar respeitando uma tendência do dicionário de apresentar o verbe completo acompanhando a entrada que aparece primeiro na progressão alfabética<sup>18</sup>. Quando analisamos, porém, outros verbetes correspondentes a formas variantes nessas duas obras, percebemos que os dicionários não seguem, em todos os casos, os critérios verificados acima para a apresentação das formas de *type* e *token*. Com relação ao par *abdome/abdômen*, Ferreira (1999), por exemplo,

<sup>15</sup> Sobre a definição de norma ideal, cf. Coseriu (1992) e Haensch et al. (1982, p. 360-379).

<sup>16</sup> Em consultas realizadas com o auxílio da ferramenta de busca Google (em 08.06.2009), encontramos aproximadamente 290.000 ocorrências da forma *catorze*, frente a 1.120.000 ocorrências da forma *quatorze*.

<sup>17</sup> De acordo com a informação etimológica fornecida por Houaiss (2001), verificamos que *catorze* e *quatorze* são formas concorrentes na língua portuguesa há muito tempo: segundo esse dicionário, ambos os vocábulos tiveram suas primeiras ocorrências registradas no século XIV (cf. HOUAISS, 2001, s.v. *catorze* e s.v. *quatorze*). A informação pode ser confirmada em Cunha (1996, s.v. *quatro*) “*quatorze* s. XIV”.

<sup>18</sup> Outros exemplos são os pares *abdome/abdômen*, *escumadeira/espumadeira* e *esquite/skate*, para os quais Houaiss (2001) apresenta a primeira forma do par como *type*.

apresenta como *type* a forma *abdome*, que, além de não ser a mais estendida entre os falantes do português no Brasil<sup>19</sup>, é a de entrada mais recente na língua, fato que contraria completamente a decisão tomada no caso anterior. Por sua vez, em relação ao par *cociente/quociente*, Houaiss (2001) lematiza a forma *quociente* (aparentemente mais difundida entre os falantes<sup>20</sup> e mais próxima à forma latina) como *type*, o que, a exemplo do que acontece em Ferreira (1999), vai de encontro à decisão tomada com relação ao par *catorze/quatorze* na mesma obra.

A indicação da existência de formas variantes, nestes casos, é uma informação altamente discreta para os consulentes, especialmente porque, como pudemos constatar, em todos os casos, ambas as formas apresentam uma alta frequência de ocorrências e parecem ser formas sintópicas. Contudo, a falta de critérios para determinar os *types* e *tokens* (o que, aliás, revela a falta de uma definição de norma ideal na concepção destas obras) torna essas informações pouco discriminantes para os consulentes, que nunca poderão confiar completamente no dicionário para resolver esse tipo de dúvida. É importante salientar também que, se o lexicógrafo julga que as formas variantes, em um dado caso, gozam do mesmo prestígio na língua, de modo que não se pode estabelecer esta diferença entre *type* e *token*, isto deve ser devidamente informado ao consulente<sup>21</sup>.

Para facilitar o acesso às informações buscadas, os dicionários deveriam tentar manter uma constância na forma de apresentação. Houaiss (2001) indica as formas variantes num espaço ao final do verbete reservado para a apresentação de sinônimos e variantes. Depreende-se daí que essa obra não estabelece uma diferença entre esses dois tipos de informações, o que pode confundir o leitor menos atento. Por sua vez, Ferreira (1999) introduz a indicação das formas variantes, indiscriminadamente, por meio das abreviaturas *Var.* [variante]

<sup>19</sup> Em consultas realizadas com o auxílio do buscador *Google* (em 08.06.2009), encontramos aproximadamente 220.000 ocorrências de *abdome*, frente a 270.000 ocorrências de *abdômen*.

<sup>20</sup> Em consultas realizadas com o auxílio do buscador *Google* (em 08.06.2009), encontramos aproximadamente 500 ocorrências da forma *cociente*, frente à aproximadamente 220.000 ocorrências da forma *quociente*.

<sup>21</sup> Um exemplo bem ilustrativo desse problema é o par *abdome/abdômen*, que, como vimos, apresenta a menor diferença no número de ocorrências entre as duas formas, de modo que, por meio de um critério estatístico, não é possível estabelecer uma oposição entre *type* e *token* neste caso.

e *F. paral.* [forma paralela], além de também oferecer, em algumas ocasiões, a abreviatura *Sin. ger.* [sinônimo geral], sem deixar muito clara a diferença entre essas informações. Além disso, Ferreira (1999) não é constante quanto à localização das variantes dentro do verbete, de maneira que, algumas vezes essas informações aparecem logo após o signo-lema, antes da indicação morfológica (como s.v. *cota*<sup>22</sup> “[Var. de *quota*]”, FERREIRA, 1999) e, outras vezes, aparecem ao final do verbete (como s.v. *abdome* “(...) [*Sin. ger.: barriga. F. paral.: abdômen.*]”, FERREIRA, 1999). Essa alternância na apresentação do mesmo tipo de informação prejudica a leitura.

A fim de comprovar a inconstância dessas obras com relação à apresentação de formas variantes, tomamos, ainda, o exemplo do par *perca/perda*. Houaiss (2001, s.v. *perca*) apresenta a forma *perca* como “f. [forma] não pref. [preferível] de perda”, sem fazer nenhuma alusão à forma variante *perda* no espaço reservado a este tipo de informação no final do verbete<sup>22</sup>. Por sua vez, s.v. *perda*, Houaiss (2001) oferece a informação “f. [forma] geral não pref. [preferível]: <sup>2</sup>*perca*” no final do verbete, mas num espaço fora do que é normalmente reservado para esse tipo de informação<sup>23</sup>, de modo que, no lugar em que se oferecem informações sobre variantes e sinônimos, não se faz nenhuma alusão a essa variante. Salientamos que, neste caso, o dicionário posiciona-se com relação ao que ele considera *type* e *token*, o que tem um valor altamente discreto e discriminante para o consulente; contudo, devemos nos perguntar por que esta informação não aparece no espaço reservado às variantes e sinônimos como nos demais verbetes, posto que essa falta de coerência pode prejudicar seriamente a consulta ao dicionário.

Ainda com relação a esse par, temos uma situação bem mais grave em Ferreira (1999). Esse dicionário sequer apresenta essas formas como variantes, limitando-se a informar, s.v. *perca*, apenas a marca de

<sup>22</sup> Neste espaço, encontramos somente informação sobre sinonímia: “SIN/VAR ver sinonímia de *prejuízo*” (cf. HOUAISS, 2001, s.v. *perca*).

<sup>23</sup> Esta observação é inserida após a décima aceção, antes da listagem das unidades fraseológicas. No final do verbete, no espaço reservado para a indicação de variantes e sinônimos, temos “SIN/VAR ver sinonímia de *aniquilamento, desdita, morte e prejuízo* e antonímia de *aumento*” (cf. HOUAISS, 2001, s.v. *perda*).

uso que lhe é imputada e a sua significação “*Pop.* 1. Perda, prejuízo, dano.” (FERREIRA, 1999), além de não fazer nenhuma alusão à forma *perca* no verbete relativo à *perda*, omitindo uma informação que seria altamente discreta e discriminante. Se os dicionários mantivessem um programa constante de informações para a seleção e apresentação das informações relativas a variantes, a ausência dessa indicação em um dado verbete advertiria o consulente de que, para aquela unidade léxica, não há formas concorrentes, o que também tem um alto valor funcional. Contudo, como pudemos constatar, pela análise dos verbetes *perca* e *perda* em Ferreira (1999), nem sempre a ausência dessa informação irá indicar necessariamente que não há formas variantes.

### 3.1.2 Formas de baixa frequência ou desusadas

Um segundo problema que merece ser mencionado é a indicação de formas variantes com baixa frequência de uso ou desusadas, como *frecha* e *noute* localizadas, respectivamente, s.v. *flecha* e s.v. *noite* em Ferreira (1999), e *desvariar* e *biscoita*, *biscouta*<sup>24</sup>, *biscouto* localizadas, respectivamente, s.v. *desvairar* e s.v. *biscoito* em Houaiss (2001). Considerando que estamos tratando do chamado dicionário geral da língua, é legítimo que formas de baixa frequência ou mesmo desusadas estejam lematizadas e, da mesma maneira, é aceitável que sejam apresentadas ao consulente como variantes<sup>25</sup>, muito embora consideremos que uma informação desse tipo não tem um alto valor funcional, já que não constitui uma opção real para a produção na língua. É necessário, contudo, que, ao optar por oferecer uma informação desse tipo, o dicionário deixe bem claro o status da unidade léxica em questão, a fim de evitar problemas, em especial no que concerne à função de codificação. Ressaltamos que isto não ocorre nos exemplos citados anteriormente.

<sup>24</sup> Em Houaiss (2001, s.v. *biscouta*), temos a marca de “regionalismo: Algarve”. Além disso, o dicionário apresenta apenas uma remissão ao verbete referente a *biscoito*, e, como variantes, apresenta somente *biscoita* e *biscouto*.

<sup>25</sup> Em outros tipos de obras, como o dicionário escolar, por exemplo, a lematização de formas de baixa frequência ou desusadas não teria nenhum valor discreto nem discriminante para o seu potencial público-alvo (a esse respeito, cf. FARIAS, 2006a).

### 3.1.3 Tratamento da homonímia e da paronímia como informação do comentário de forma

Os homófonos heterográficos e os parônimos constituem um problema similar, ou seja, grafias bastante parecidas com pronúncia igualmente bastante parecida, ou mesmo idêntica no caso dos homófonos, e significados bem distintos. Por esta razão, os dois fenômenos são arrolados no mesmo grupo de dificuldades ortográficas. A apresentação de homófonos heterográficos, bem como de parônimos, nos verbetes como parte do comentário de forma relativo à ortografia é bastante pertinente em alguns casos. Contudo, é importante salientar que boa parte dos parônimos e homônimos que os dicionários de língua portuguesa apresentam não são índices informativos discretos e discriminantes.

Houaiss (2001) fundamenta a inclusão de homônimos e parônimos no seu programa constante de informações no fato de que esse tipo de informação “[*sc.* ajuda] a evitar dúvidas de grafia e significação por parte dos utilizadores da língua” (HOUAISS, 2001, p. XLIII). Esse dicionário distingue os seguintes fenômenos de “*confusables*” na terminologia de Hartmann; James (2001): variantes, homônimos e parônimos. Com relação a essa classificação e a seus objetivos, é necessário salientar que a homonímia em Houaiss (2001) aparece definida como “palavras de grafia idêntica, mas originárias de étimos diferentes”, enquanto os parônimos são definidos como “vocábulos quase homônimos, que se diferenciam ligeiramente na grafia e na pronúncia”. Essa distinção, no entanto, não é aplicada de forma completamente coerente no dicionário. Assim, por exemplo, *caçar* e *cassar* são classificados como homônimos, embora sua grafia seja diferente. De acordo com a distinção proposta por Houaiss (2001), essas unidades léxicas deveriam ser consideradas parônimas, mas cumprem somente de forma parcial os requisitos para essa classificação, já que a pronúncia é idêntica. Por fim, poder-se-ia pensar em variantes, embora esse conceito seja muito confuso e, além disso, não se deixa aplicar no caso referido, já que se trata de dois signos diferentes.

Isso nos leva a pensar que as informações relativas à homonímia convertem-se em informações não discriminantes (como no caso de *caçar/*



*cassar*), ou, ainda, em informações não discretas pela redundância de marca, como no exemplo apresentado a seguir:

**a<sup>1</sup>** (...) HOM *a* (s.m., f. art. def., pron. dem., pron. pes. *o* e prep.); *á* (s.m.), *à* (contr. prep. *a* + *a* [f. art. def. pron. dem. *o*]), *ab* (interj.) e *bá* (fl.haver); *as* (pl.) / *as* (pl. *a* [f. art. def., pron. dem., pron. pes. *o*]), *ás* (s.m e pl. *â*), *às* (pl. *â*), *aç* (s.m.) e *bás* (fl. haver) (HOUAISS, 2001, s.v. *a*<sup>1</sup>)

**a<sup>2</sup>** (...) HOM ver <sup>1</sup>*a* (HOUAISS, 2001, s.v. *a*<sup>2</sup>)

**a<sup>3</sup>** (...) HOM ver <sup>1</sup>*a* (HOUAISS, 2001, s.v. *a*<sup>3</sup>)

Também é fundamental frisar que tanto a homonímia, quanto a paronímia, constituem informações discretas, desde que se refiram a unidades léxicas consideradas num mesmo estado de língua (uso contemporâneo) ou de frequência significativa.

### 3.1.3.1 Formas paronímicas desusadas ou de baixa frequência

Os fenômenos da paronímia e da heterografia, considerados como problemas de ortografia relacionados especialmente com a produção escrita, somente podem converter-se em índices informativos discretos e discriminantes se os tomamos dentro de um mesmo estado de língua, premissa que valida a indicação de formas como *acento* (FERREIRA, 1999, s.v. *assento* e HOUAISS, 2001, s.v. *assento*), *cassar* (FERREIRA, 1999, s.v. *caçar* e HOUAISS, 2001, s.v. *caçar*), *peão* (FERREIRA, 1999, s.v. *pião*<sup>1</sup> e HOUAISS, 2001, s.v. *pião*<sup>1</sup> e *pião*<sup>2</sup>) e *ratificar* (FERREIRA, 1999, s.v. *retificar* e HOUAISS, 2001, s.v. *retificar*). Essa proposição, por outro lado, determina que formas desusadas ou com baixa frequência de uso não necessitam ser apresentadas, porque não são informações funcionais dentro do programa constante do verbete. Dessa maneira, formas como *destinto*<sup>26</sup> (FERREIRA,

<sup>26</sup> Encontramos 130 ocorrências da forma *destinto*, nas pesquisas feitas com a ajuda da ferramenta de busca *Google* em 15.06.2009. Muitas dessas ocorrências, no entanto, são usos metalinguísticos (sites sobre língua portuguesa que tratam da questão dos parônimos) ou empregos equivocados em lugar de *distinto*.

1999, s.v. *distinto* e HOUAISS, 2001, s.v. *distinto*), *besterno*<sup>27</sup> “o dia de ontem” (FERREIRA, 1999, s.v. *externo* e HOUAISS, 2001, s.v. *externo*) e *disquirição* (HOUAISS, 2001, s.v. *discrição*)<sup>28</sup> poderiam ser perfeitamente dispensadas do comentário de forma dos verbetes correspondentes. Chamamos a atenção em especial para a última forma arrolada, para a qual não encontramos nenhuma ocorrência nas pesquisas realizadas com o auxílio da ferramenta de busca Google em 2009.

### 3.1.3.2 A apresentação de homônimos homófonos homógrafos

É evidente o valor funcional da indicação de parônimos e homófonos heterográficos nos verbetes como parte do comentário de forma pertinente à ortografia. Os dicionários, porém, costumam apresentar, além de informações de paronímia e heterografia, também informações sobre homônimos homófonos homógrafos (como é o clássico caso de *manga*<sup>1</sup> “fruto” e *manga*<sup>2</sup> “parte da roupa”). Devemos nos perguntar, porém, qual o valor de uma informação desse tipo dentro do programa constante de informações para o comentário de forma, já que o fenômeno em questão não deve representar nenhum problema para o falante nativo do português nem com relação à ortografia, nem com relação à pronúncia.

Os dicionários de língua portuguesa, no entanto, insistem em apresentar informações desse tipo. Em Ferreira (1999, s.v. *dilatar*), temos a informação “Cf. *delatar* e *dilatáveis*, pl. de *dilatável*”, sendo a primeira forma um parônimo, e a segunda, um homônimo, que, aliás, remete a uma forma de segunda pessoa do plural do imperfeito do indicativo, já praticamente desusada no português. Na mesma obra, s.v. *delatar*, encontramos “Cf. *delatáveis*, pl. de *delatável*, e *dilatar*” (FERREIRA, 1999, s.v. *delatar*). Neste caso, novamente, além da apresentação de homônimos, por si só, não constituir uma informação discreta e discriminante, as formas relacionadas neste verbete apresentam uma frequência

<sup>27</sup> Encontramos 18 ocorrências da forma *besterno* por meio de pesquisas feitas com o auxílio do buscador *Google* em 15.06.2009.

<sup>28</sup> Houaiss (2001, s.v. *discrição*) também apresenta o parônimo *descrição*, que, ao contrário da forma citada anteriormente, constitui uma informação discreta e discriminante.

insignificante na língua portuguesa. A forma *delatáveis*, como verbo, apresenta somente duas ocorrências nos sites de busca consultados, ao passo que, como plural do adjetivo, não apresenta nenhuma ocorrência<sup>29</sup>.

### 3.1.3.3 Ausência da informação de paronímia e heterografia

Por fim, a análise dos verbetes mencionados pode nos fazer crer que os dicionários sempre apresentam parônimos e homófonos heterográficos para todos os vocábulos que os possuem. Salientamos, no entanto, que os dicionários não obedecem, para a apresentação da paronímia e da heterografia, de forma similar ao que ocorre com outros tipos de indicações, a um programa constante de informações. Assim sendo, existem verbetes relativos a unidades léxicas que possuem formas parônimas nos quais não são fornecidas essas informações. Este é o caso, por exemplo, do par *mandado/mandato*: nem Ferreira (1999, s.v. *mandado* e s.v. *mandato*), nem Houaiss (2001, s.v. *mandado* e s.v. *mandato*) apresentam indicação de parônimos. Novamente, se os dicionários mantivessem um padrão para os casos em que esse tipo de informação deve ser oferecida no verbete, a sua ausência indicaria que não há formas parônimas, ou que, se existem, sua apresentação não é relevante pelos motivos já expostos anteriormente, de forma que a falta de uma informação desse tipo, nesta situação, também seria uma informação discreta e discriminante.

### 3.1.3.4 Apresentação dos parônimos e homófonos heterográficos nos verbetes

Havendo sido determinados os casos em que a apresentação de formas parônimas e homófonas heterográficas constitui uma informação discreta nos verbetes, resta decidir como apresentá-las. Nem sempre a maneira como essas indicações aparecem dentro da microestrutura ajuda o consulente a localizar rapidamente a informação desejada e, em muitos casos, não permite nem mesmo que o consulente entenda que tipo de informação está sendo oferecida.

<sup>29</sup> A forma *delatável*, também arrolada no verbete, apresenta apenas três ocorrências. Os dados foram obtidos em 15.06.2009.

Houaiss (2001), por exemplo, apresenta, num espaço reservado ao final do verbete, em lugares separados, informações sobre parônimos e informações sobre homônimos (onde aparecem as informações sobre os homófonos heterográficos). Assim, temos, nesse dicionário, s.v. *acético*, em lugares diferentes, a indicação do parônimo *asséptico*, e a indicação da forma homônima *ascético* (HOUAISS, 2001). No que diz respeito, porém, aos problemas concernentes à ortografia do signo-lemma, tanto a unidade léxica oferecida como parônimo, quanto a unidade léxica oferecida como homônimo, como discutimos anteriormente, representam o mesmo tipo de dificuldade. Desse modo, cremos que apresentar essas informações em lugares separados, como indicações de forma distintas, somente contribui para dificultar a consulta e confundir o leitor. Como já dissemos, esse tipo de informação é discreta para o consulente destas obras; contudo, o modo como são apresentadas no dicionário as torna pouco discriminantes, já que não permite que o usuário possa aproveitar ao máximo a informação oferecida.

Ferreira (1999), por sua vez, também apresenta os parônimos e homófonos heterográficos de uma maneira pouco clara para o consulente. Normalmente, os parônimos e homófonos heterográficos aparecem no final do verbete (uma espécie de pós-comentário de forma). Assim, temos nessa obra, s.v. *caçar*: “[*Conjug.: v. laçar. Pres. ind.: caço, caças, caça, etc. Cf. cassar, v. cassa, s. f. e casso, cassado, adj.*]” (FERREIRA, 1999). Inicialmente, o dicionário utiliza o mesmo espaço para oferecer informações completamente distintas (sobre a conjugação e sobre parônimos). Além disso, em vez de limitar-se a fornecer apenas o parônimo relativo ao vocábulo em questão, o dicionário ainda oferece formas parônimas de vocábulos pertencentes à mesma família do signo-lemma, que deveriam aparecer somente nos verbetes correspondentes a essas formas. Como podemos perceber, esta sobrecarga de informações dentro do verbete dificulta a leitura desnecessariamente, apresentando informações cuja relevância possivelmente não será compreendida de imediato pelo consulente<sup>30</sup>. Os parônimos *cassa* e *cassado* não são

<sup>30</sup> A indicação de formas parônimas que não têm relação direta com o signo-lemma, ou que exigem um esforço muito grande por parte do leitor para encontrar a correspondência que o dicionário pressupõe que estaria clara também ocorre em Houaiss (2001), como podemos observar s.v. *formar*: “forma(3ªp.s.), formas(2ªp.s.)/ *forma*(s.f.) e pl. e *forma* /ô/ (s.f.) e pl; formais(2ªp.pl.)/ *formais*(pl.formal [adj.2g.s.m.]); formaria(1ª3ªp.s.), formarias(2ªp.s.)/ *formaria*(s.f.) e pl.”.

informações discretas neste caso, pelas razões já expostas, devendo somente aparecer nos verbetes correspondentes à *caça* e *caçado*, respectivamente. Por sua vez, a forma *casso*, que, além de também não constituir uma informação discreta dentro do verbete correspondente a *caçar* (note que o leitor teria de fazer um esforço muito grande para conseguir relacionar esta forma com a forma de primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *caçar* [*caço*]), tampouco constitui uma informação discriminante, já que o adjetivo *casso* está desusado, conforme a indicação de uso oferecida pelo próprio Ferreira (1999, s.v. *casso*).

### 3.2 Comentário semântico

No que concerne ao comentário semântico, espera-se que um dicionário semasiológico apresente, no mínimo, uma paráfrase definidora do signo-lema. A seguir, discutiremos alguns casos em que a obra lexicográfica pode, corretamente, quebrar a expectativa do consulente, apresentando não uma paráfrase, mas um sinônimo da palavra-entrada.

#### 3.2.1 O emprego da sinonímia como recurso de viés semasiológico

De acordo com o exposto em 1.4, o comentário semântico em um dicionário semasiológico deve aparecer representado por uma definição, que pode ser caracterizada como uma paráfrase explanatória analítica. Há casos, no entanto, em que a paráfrase pode ser substituída por um sinônimo.

Em Bugueño (2009), chamamos o emprego do sinônimo de “paráfrase explanatória sinonímica”. Ulrich (2002) considera que um mecanismo parafrástico pode funcionar tanto por meio da substituição de um termo por outro (paráfrase explanatória sinonímica), como por meio da reescrita de uma unidade léxica por um conjunto delas (paráfrase explanatória analítica). No entanto, não há unanimidade

em considerar a paráfrase explanatória sinonímica como um tipo de definição propriamente parafrástica<sup>31</sup>. Por um lado, poder-se-ia objetar que não se fornece uma “explicação” propriamente dita, e sim, outra unidade léxica equivalente (sinônimo), de modo que o conteúdo fica elíptico, fornecendo-se uma designação. Ou seja, a sinonímia poderia ser entendida como uma classe de relação onomasiológica (HARTMANN; JAMES, 2001). Há de se levar em conta também a caracterização que Alcaraz; Martínez (1997, s.v. *definición*) fazem, ao considerar que uma definição “é um discurso (...) metalinguístico caracterizado pela expansão e oposto à denominação<sup>32</sup>, que é uma condensação do mesmo”. Dito em outros termos, a definição sinonímica é evidentemente extensional. Do ponto de vista estritamente formal, Martínez-de-Souza (1995, s.v. *definición lexicográfica*) considera a definição por sinonímia uma definição imprópria em razão da não existência de uma reescrita que exprima o conteúdo da unidade léxica (signo-lemma). Embora a literatura especializada, como já se comentou, considere qualquer substituição uma paráfrase, a questão está longe de ser um consenso.

Às considerações precedentes, acrescenta-se a aguda distinção proposta por Svénen (1993, p. 116), que, embora defina uma paráfrase como a “reescrita de uma palavra“ [*rewriting of the name*], reserva o nome de “definições verdadeiras“ [*true definitions*] (SVÉENSEN, 1993, p. 120) para as paráfrases entendidas como glosas propriamente ditas. Em prol da paráfrase explanatória sinonímica, é prudente levar em conta uma observação de Jackson; Zé-Amvela (2000, p. 181), para os quais esse tipo de definição permitiria uma melhor explanação do significado das unidades léxicas abstratas. As paráfrases explanatórias analíticas nem sempre ofereceriam soluções explanatórias satisfatórias. Acreditamos que a única exceção possível e lícita de substituição de uma paráfrase explanatória analítica por sinônimos é quando o sinônimo (ou os sinônimos) é (ou são) mais elucidativo(s) que uma paráfrase. Nesse ponto há de se distinguir entre duas situações, conforme veremos a seguir.

<sup>31</sup> Cf., por exemplo, Hammerl (1991, p. 34).

<sup>32</sup> “Denominação“ corresponde, neste trabalho, à perspectiva onomasiológica.

### 3.2.1.1 Emprego do sinônimo em substituição à paráfrase analítica

Comparem-se os seguintes exemplos:

**deglutir** 1. Engolir, ingerir (FERREIRA, 1999, s.v. *deglutir*)

**deglutir** (...) passar (o bolo alimentar) da boca para o esôfago e, a seguir, para o estômago (HOUAISS, 2001, s.v. *deglutir*)

**grafar** ✓★ [Ação-processo] [Compl.: nome concreto não animado] dar forma escrita a; escrever (BORBA, 2002, s.v. *grafar*)

É evidente que o emprego do sinônimo em Ferreira (1999, s.v. *deglutir*) é muito mais elucidativo que a paráfrase proposta por Houaiss (2001, s.v. *deglutir*). No caso concreto de Borba (2002), a paráfrase também se torna completamente dispensável em favor do sinônimo *escrever*. O princípio básico é, como já foi dito, que, em um dicionário semasiológico, o comentário semântico deve estar representado por paráfrases explanatórias analíticas. Se a paráfrase consegue ser elucidativa, o sinônimo é supérfluo, desde que, naturalmente, não cumpra uma função onomasiológica. Pelo contrário, há casos em que uma paráfrase explanatória é muito pouco elucidativa e o sinônimo faz-se, assim, necessário<sup>33</sup>, como em Michaelis (1998, s.v. *abastado*):

**a.bas.ta.do**<sup>1</sup> adj (*part* de *abastar*) **1** Provido com abundância, que tem o de que precisa **2** Endinheirado, farto, opulento, rico.

Além do fato de que na primeira acepção há duas paráfrases explanatórias diferentes, é possível constatar que o conteúdo da primeira parte da paráfrase (“provido com abundância”), obtém uma melhor representação pelo sinônimo *suficiente*. Poderíamos objetar que a paráfrase torna-se mais elucidativa quando procuramos o lema *abundância*. No entanto, não há razão para empregarmos um

<sup>33</sup> Cf. Farias (2006b) acerca da qualidade do comentário semântico em dicionários escolares.

procedimento medioestrutural se dispomos de um sinônimo que recobre semanticamente esse conteúdo.

Borba (2002), por outro lado, emprega, em muitos casos, sinônimos em lugar de paráfrases explanatórias analíticas, sem que o sinônimo seja particularmente elucidativo, considerando, sobretudo, as abonações fornecidas em todos os verbetes. Assim, por exemplo,

**desconstrução** *Nf* ★ [Abstrato de ação] (...) desestabilização, desestruturação: *a desconstrução da psicanálise foi completada pelos seguidores de Freud* (VEJ) (BORBA, 2002, s.v. *desconstrução*)

**moldura** *Nf* ★ [Concreto] 1 caixilho, cercadura: *o portaretrato também verde, com raminhos de trevo nas cantoneiras da moldura* (CP) (BORBA, 2002, s.v. *moldura*)

Nesses casos, o uso de sinônimos constitui uma informação não discriminante para o usuário, já que torna difícil depreender a significação da unidade léxica lematizada.

### 3.2.1.2 Emprego do sinônimo como recurso complementar na elucidação do significado

O sinônimo é um mecanismo complementar para a elucidação de uma definição<sup>34</sup>. Em Houaiss (2001, p. XXXI), são elencadas três razões para a presença de sinônimos no verbete: (a) no final de cada acepção e depois de ponto e vírgula para esclarecer os contornos da definição dada, (b) ao final de cada acepção e entre colchetes para séries sinonímicas mais extensas e (c) no final do verbete para listagens muito compridas. Interessa aqui a primeira justificativa para a presença da sinonímia, já que está relacionada parcialmente com os nossos pressupostos. A análise de vários verbetes em Houaiss (2001), no entanto, demonstrou que a presença da sinonímia é um fato pouco funcional na microestrutura. Nos casos que serão citados a seguir, a sinonímia oferecida depois da paráfrase explanatória não cumpre a função que lhe é conferida em

<sup>34</sup> Essa função pode ser desempenhada também pelo emprego de exemplos. A esse respeito, cf. Farias (2008).



Houaiss (2001, p. XXXI), já que, ou a sinonímia não acrescenta nada, como s.v. *calejado* “2 *fig.* que tem experiência, prática; experimentado <é um vendedor c.>”, ou a sinonímia é altamente polissêmica, de modo que tampouco resulta elucidativa, como s.v. *calejado* “3 *fig.* que se tornou endurecido, pouco sensível; empedernido <era um indivíduo duro, c.>”, s.v. <sup>1</sup>*escape* “2 ato de fugir, de colocar-se fora ou longe de uma situação difícil, ameaçadora, dolorosa etc.; escapada”, s.v. *largado* “1 deixado ao abandono; desprezado <l. à própria sorte> <uma bolsa l. no banco do ônibus>”, s.v. *sacanagem* “2 *infrm. ou tab.* ato praticado contra alguém como gracejo ou ludíbrio; peça, partida”, ou os sinônimos oferecidos são de baixa frequência, como s.v. <sup>1</sup>*escape* “2 ato de fugir, de colocar-se fora ou longe de uma situação difícil, ameaçadora, dolorosa etc.; (...), escapadela, escapulida”, s.v. *laríngeo* “relativo a laringe; laringiano”, s.v. *sacanagem* “2 *infrm. ou tab.* ato praticado contra alguém como gracejo ou ludíbrio;(…), sacanice”.

#### 4 Conclusões

A análise demonstra claramente que a ausência de parâmetros metalexográficos compromete, de fato, a qualidade das informações presentes nos dicionários semasiológicos do português do Brasil. Embora, no trabalho, se reconheça que o usuário do dicionário semasiológico geral é difuso, os resultados evidenciam a pouca utilidade de muitas das informações contidas nos verbetes. Isso se deve tanto à ausência dos parâmetros antes comentados, como também à ineficácia no fornecimento de informações que sejam reconhecidas como importantes para o consultante. Nesse viés, destacamos, entre outros, o reconhecimento da distinção entre *type* e *token*, ou seja, a presença de variantes no nível do léxico e seu correspondente tratamento lexicográfico, com a diferenciação entre formas de maior e de menor prestígio. O usuário do dicionário o consulta com o intuito de se certificar sobre a legitimação de um uso. O dicionário, por outro lado, deve não somente saber reagir a esse questionamento fundamental, mas precisa

ter, igualmente, uma doutrina sólida das preferências da norma (ideal), assim como estratégias metalexigráficas para assinalar claramente essa questão no interior do verbete.

Outro fator fundamental é a conjugação entre uma doutrina lexicológica e lexicográfica, tanto da homonímia como da paronímia, e a sua clara e unívoca apresentação como segmento microestrutural informativo ao consulente. É evidente que falta ainda um alicerce teórico-metodológico para compreender e tratar de forma eficiente esses fenômenos linguísticos.

Finalmente, se o dicionário semasiológico é o dicionário das paráfrases explanatórias por excelência, o emprego da sinonímia como recurso de elucidação da significação deve, necessariamente, ficar restrito aos casos comentados aqui. Em síntese, o estado da arte da teoria metalexigráfica já fornece alguns subsídios para melhorar qualitativamente os dicionários de orientação semasiológica.

## REFERÊNCIAS

ALCARAZ, E.; MARTÍNEZ, M. A. **Diccionario de lingüística moderna**. Barcelona: Ariel, 1997.

BIDERMAN, M. T. Os dicionários da contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: Ufms, 1998. p. 129-142. v. I.

BORBA, F. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. **Organização de dicionários**. São Paulo: Unesp, 2003.

BUGUEÑO, F. Cómo leer y qué esperar de un diccionario monolingüe (con especial atención a los diccionarios del español). **Revista de Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, v. 10, p. 97-114, 2003a.

BUGUEÑO, F. Consideraciones para un nuevo diccionario de falsos

amigos español-português. **Polifonia**, Cuiabá, v. 6, p. 103-127, 2003b.

BUGUEÑO, F. O que o professor deve saber sobre a nominata do dicionário de língua. **Revista de Língua & Literatura**, Frederico Westphalen, n. 11, p. 17-31, 2005.

BUGUEÑO, F. O que é macroestrutura no dicionário de língua? In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Campo Grande: Ufms, 2007a. p. 261-272. v. III.

BUGUEÑO, F. A lexicografia de falsos amigos frente à bilíngüe: desenho de um novo dicionário de falsos amigos espanhol-português. **Voz das Letras**, Concórdia, n. 8, p.1-19, 2007b. Disponível em <<http://www.nead.uncnet.br/2007/revistas/letras/8/86.pdf>>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2008.

BUGUEÑO, F. Para uma taxonomia de definições. **Alfa**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 243-260, 2009.

BUGUEÑO, F.; FARIAS, V. S. Informações discretas e discriminantes no artigo léxico. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 18, p. 115-135, 2006.

CASARES, J. **Diccionario ideológico de la lengua española**. Madrid: Gustavo Gili, 1982.

COSERIU, E. **Einführung in die allgemeine Sprachwissenschaft**. Tübingen: Franke, 1992.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DUDEN. **Großes Wörterbuch der deutschen Sprache**. Mannheim: Bibliographisches Institut, 1977.

ENGELBERG, S.; LEMNITZER, L. **Lexikographie und Wörterbuchbenutzung**. Tübingen: Stauffenberg, 2004.

FARIAS, V. S. **Dicionários escolares: análise e algumas propostas de emendas**. 2006. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)

Licenciatura em Letras - Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006a.

FARIAS, V. S. La presentación del comentario semántico en los diccionarios escolares. **Revista de Letras**, Curitiba, v. 70, p. 183-205, 2006b.

FARIAS, V. S. O exemplo como informação discreta e discriminante em dicionários semasiológicos de língua portuguesa. **Alfa**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 101-122, 2008.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HAENSCH, G. et al. **La lexicografía**. Madrid: Gredos, 1982.

HAMMERL, R. Methodologische und methodische probleme der Erstellung von definitionsfolgen und lexemnetzen. In: SAMBOR, J., HAMMERL, R (Hrsgn.). **Definitionsfolgen und lexemnetze**. Lüdenscheidt: RAM, 1991. p. 13-37.

HARTMANN, R. R. K. **Teaching and researching lexicography**. London: Longman, 2001.

HARTMANN, R. R. K.; JAMES, G. **Dictionary of lexicography**. London: Routledge, 2001.

HAUSMANN, F. J. Lexikographie. In: SCHWARZE, C.; WUNDERLICH, D. (Hrsgn.). **Handbuch der Lexikologie**. Königstein: Athenäum, 1985. p. 367-411.

HAUSMANN, F. J. Wörterbuchtypologie. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Hrsgn.). **Wörterbücher, Dictionaries, Dictionnaires. Ein internationales Handbuch zur Lexikographie**. Berlin: de Gruyter, 1989. p. 1010-1019.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JACKSON, H. **Lexicography**. London: Routledge, 2002.

JACKSON, H.; ZÉ-AMVELA, E. **Words, meaning and vocabulary**. London: Casell, 2000.

LANDAU, S. **Dictionaries: The art and craft of lexicography**. Cambridge: CUP, 2001.

LE ROBERT. **Le Nouveau Petit Robert**: dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Le Robert, 1993.

LE ROBERT. **Grand Robert de la langue française**. Paris: Le Robert, 2001.

MARTÍNEZ-DE-SOUZA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

PITZEK, M. Allgemeines einsprachiges Wörterbuch und Wörterbuchtypologie. **Linguistik** on line, Frankfurt an der Oder, v. 3/2, p. 1-11, 1999. Disponível em <[http://www.viadrina.eu-frankfurt-o.de/~journal/2\\_pitzek.html](http://www.viadrina.eu-frankfurt-o.de/~journal/2_pitzek.html)>. Acesso em: 16 de dezembro de 2009.

RABANALES, A. Qué es hablar correctamente? **Revista de Educación**, Santiago de Chile, v. 119, p. 49-58, 1984.

SCHLAEFER, M. **Lexikologie und Lexikographie**. Berlin: Erich Schmidt, 2002.

SVÉNSEN, B. **Practical lexicography**. Oxford: OUP, 1993.

SWANEPOEL, P. Dictionary typologies: a pragmatic approach. In: STERKENBURG, P. (Ed.). **A practical guide to lexicography**. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 45-69.

ULRICH, W. **Linguistische grundbegriffe**. Berlin/Stuttgart: Gebrüder Borntraeger, 2002.

WELKER, H. A. **Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

WIEGAND, H. E. Nachdenken über Wörterbücher: aktuelle probleme. In: DROSDOWSKY, G. (Hrsg.). **Nachdenken über Wörterbücher**. Mannheim: Bibliographisches Institut, 1977. p. 51-102.

WIEGAND, H. E. Der begriff der mikrostruktur: geschichte, probleme, perspektiven. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales handbuch zur lexikographie**. Berlin: de Gruyter, 1989a. p. 409-462.

WIEGAND, H. E. Die lexikographische definition im allgemeinen einsprachigen wörterbuch. In: HAUSMANN, F. J.; REICHMANN, O.; WIEGAND, H. E.; ZGUSTA, L. (Hrsgn.). **Wörterbücher, dictionaries, dictionnaires. Ein internationales handbuch zur lexikographie**. Berlin: de Gruyter, 1989b. p. 530-588.

*Recebido em fevereiro de 2011.*

*Aceito em maio de 2011.*

## **SOBRE OS AUTORES**

**FÉLIX VALENTÍN BUGUEÑO MIRANDA** é graduado em Letras Licenciatura em Lengua y Literatura Hispánica pela Universidad Católica de Valparaíso / Chile (1987) e doutor em Filologia Românica pela Universität Heidelberg / Alemanha (1993). Professor visitante de língua espanhola na Universidade Federal de Rio Grande (1996-2000) e na Universidade Estadual de Santa Cruz (2000-2002). Atualmente é Professor Adjunto do Setor de Espanhol da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando também como docente do Programa de Pós-Graduação em Letras, na linha de pesquisa Lexicografia e Terminologia: Relações Textuais. Temas de pesquisa: Lexicografia monolíngue e bilíngue, metalexiconografia, linguística hispânica.

E-mail: felixv@uol.com.br

**VIRGINIA SITA FARIAS** é graduada em Letras Licenciatura com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa e

Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2006) e mestre em Lexicografia e Terminologia: Relações Textuais pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Atualmente é aluna de doutorado do mesmo programa de pós-graduação. Temas de pesquisa: Lexicografia monolíngue, dicionários escolares.  
E-mail: virginiafarias@terra.com.br